



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº DE 2022. (Do Sr. Darci de Matos)

Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que “*institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil- PNPDEC*”, a fim de incluir as entidades privadas sem fins lucrativos que utilizam veículos fora de estrada para fins desportivos (“jipeiros”) como agentes de proteção e defesa civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei inclui as entidades privadas sem fins lucrativos que utilizam veículos fora de estrada para fins desportivos (“jipeiros”) como agentes de proteção e defesa civil.

Art. 2º O art. 18 da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

“Art. 18

.....

V – As entidades privadas sem fins lucrativos que utilizam veículos fora de estrada para fins desportivo, mas que de modo suplementar atuam nos serviços relacionados à proteção e à defesa civil, inclusive no processo de busca, salvamento e resgate.” (NR)

Art. 3º Esta entra em vigor na data da publicação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem como objetivo incluir os “jipeiros” no rol de agentes de proteção e defesa civil. Atualmente os clubes de “jipeiros” do país tem colaborado com a defesa civil dos Estados e Municípios em situações de desastres naturais como a ocorrida em Petrópolis-RJ.

Essas entidades desportivas possuem veículos que conseguem trafegar em áreas de difícil acesso, possibilitando o transporte de alimentos, água potável e medicação às pessoas em áreas isoladas ou resgatando-as quando necessário. Em um simples relato do jornal ¹Extra é possível medir a dimensão dessas entidades: *“Carregados com alimentos, roupas, material de higiene pessoal e fardos de águas. Mais de 80 jipeiros voluntários estão na Cidade Imperial para levar material para as famílias que perderam tudo na tragédia”*.

Há situações imprevisíveis e urgentes nas quais o poder público não tem como se precaver com a aquisição de veículos equipados para o uso não convencional e treinamento de pessoal. Nesses casos, como existem grupos dedicados à atividade desportiva com veículos fora de estrada, a administração pública pode aproveitar dessa expertise a fim de minimizar os impactos dos desastres e melhor atender a população.

Desse modo, incluir os “jipeiros” na Lei de Defesa Civil como agentes de proteção e defesa civil contribui com a formulação de diretrizes e de políticas capazes de minimizar os riscos de desastres, uma vez que o poder público vai poder contar com a colaboração dessas entidades, inclusive na identificação de áreas potencialmente de riscos.

Desse modo, considerando o impacto social da matéria, conto com o apoio dos nobres pares por sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2022.

1 <https://extra.globo.com/noticias/rio/tragedia-em-petropolis-grupo-de-jipeiros-solidarios-leva-alimentos-donativos-para-areas-isoladas-de-dificil-acesso-25402524.html>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Darci de Matos
PSD/DF

Apresentação: 16/08/2022 14:51 - Mesa

PL n.2305/2022



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Darci de Matos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221064791700>

